

**DINÂMICAS TERRITORIAIS E USO DA TERRA NO MUNICÍPIO DE TERRA
ALTA (PARÁ-BRASIL) – 1950-2010**

**TERRITORIAL DYNAMICS AND LAND USE IN THE MUNICIPALITY OF
TERRA ALTA (PARÁ-BRAZIL) – 1950-2010**

**DINÁMICAS TERRITORIALES Y USO DE LA TIERRA EN EL MUNICIPIO DE
TIERRA ALTA (PARÁ-BRASIL) – 1950-2010**

Daniel Araújo Sombra Soares

Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Belém, Brasil
dsombra@ufpa.br

Sérgio Cardoso de Moraes

Universidade Federal do Pará, Núcleo de Meio Ambiente, Belém, Brasil
scmoraes@ufpa.br

Mateus Monteiro Lobato

Secretaria de Estado de Educação do Pará, Belém, Brasil
mateusmonteirolobato@hotmail.com

Mauro Pantoja de Moraes

Universidade Federal do Pará, Escola de Aplicação, Belém, Brasil
mauropantjeo@ufpa.br

Cledson Nahum Alves

Instituto Federal de Ciência, Tecnologia e Educação do Pará, Belém, Brasil
nahum_ifpa@ymail.com

Bruno Roberto Gonçalves Lima

Secretaria Municipal de Cultura, Esporte, Lazer e Juventude de Ananindeua,
Ananindeua, Brasil
brunoufpa@gmail.com

RESUMO

Este artigo analisa as dinâmicas territoriais presentes no de Terra Alta, localizado na mesorregião do Nordeste Paraense. Primeiramente, contextualiza-se Terra Alta dentro das dinâmicas históricas de mobilidade do trabalho e vetores produtivos que moldaram os movimentos das faixas de paisagem e do uso da terra, que baseiam o processo geral de produção do espaço. Depois, com o foco em Terra Alta, realiza-se uma síntese das dinâmicas territoriais presentes, atestando para as mudanças e permanências com relação ao uso da terra naquele município, contrastando os métodos da geografia estraboniana e ptolomaica. Conclui-se, a partir das espacialidades, contrastada com os dados apresentados, que as distinções de paisagens e uso da terra cobrem uma realidade estrutural onde a desigualdade socioespacial é condição de produção do espaço geográfico mesorregional, com prisma no caso de Terra Alta.

Palavras-chave: dinâmicas territoriais, uso da terra, desigualdade socioespacial, Terra Alta.

ABSTRACT

This paper analyzes the territorial dynamics in the municipality of Terra Alta, located in the mesoregion of the Northeast of Para. Firstly, Terra Alta is contextualized within the historical dynamics of labor mobility and productive vectors that shaped the movements of the landscape and land use bands, who base the general space production process. Then, with a focus on Terra Alta, a synthesis of the present territorial dynamics was provided by the paper, attesting to the changes and permanences with respect to land use in that municipality, contrasting the methods of the Strabo and Ptolemaic geography. It is concluded from the spatialities, contrasted with the presented data, that the distinctions of landscapes and land use cover a structural reality where the socio-spatial inequality is a condition of production of the geographic mesoregional space, with prism in the case of Terra Alta.

Keywords: territorial dynamics, land use, socio-spatial inequality, Terra Alta.

RESUMEN

Este artículo analiza las dinámicas territoriales presentes en la comarca de la Terra Alta, que se encuentra en la región media de Pará noreste. En primer lugar, la Tierra se contextualiza dentro de las dinámicas históricas de alta movilidad de los vectores de trabajo y de producción que han conformado el movimiento de las tiras del paisaje y uso de la tierra. Luego, con el foco en la Terra Alta, llevado a cabo una visión general de las actuales dinámicas territoriales, lo que demuestra los cambios y continuidades respecto al uso de la tierra en esa ciudad, contrastando los métodos de estraboniana geografía y ptolemaica. Se desprende de la espacialidad, en contraste con los datos presentados, que las distinciones de paisajes y uso de la tierra abarcan una realidad estructural, donde la desigualdad socio-espacial es el espacio geográfico condiciones de producción mesorregional, con el prisma en el caso de la Terra Alta.

Palabras clave: dinámica territorial, usos del suelo, la desigualdad socio-espacial, Terra Alta.

INTRODUÇÃO

Terra Alta, no Estado do Pará, é um município cuja emancipação ocorreu em 1991 a partir do desmembramento de terras do município de Curuçá. Localiza-se na Mesorregião Nordeste Paraense, conforme Figura 1, e mais especificamente na Microrregião do Salgado, conforme a regionalização oficial do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O principal acesso se dá a partir da PA-136 que corta o município em direção longitudinal. Em termos de limites político-administrativos, confronta-se ao sul com os municípios de Castanhal e São Francisco do Pará, a oeste com os municípios de São Caetano de Odivelas e São João da Ponta, ao norte com o município de Curuçá, e a leste com o município de Marapanim. Trata-se de um município rural, uma vez que 60% de sua população habita domicílios rurais, conforme os dados do IBGE (2010).

A despeito disto, Terra Alta é um município que não possui nenhum assentamento, seja do INCRA, ou do ITERPA. Sua população está aglutinada em torno de pequenas vilas. A paisagem do município denota uma sessão de áreas esparsas aparentemente vazias conectadas por nós geográficos que são esses punhados de pequenas vilas, onde está a maior parte da

população. Trata-se da produção do espaço particular ao contexto mesorregional do Nordeste Paraense como um todo, a formação concentrada nos extremos: latifúndio e minifúndio. Mesmo que a população se concentre principalmente em domicílios rurais, a imagem de um pequeno produtor isolado em seu pequeno lote longe dos vizinhos não é hegemônica no município. Os pequenos produtores estão aglutinados em pequenos aglomerados rurais, bordados por seus lotes, ao passo que a maior parte da área pertence a um grupo menor de proprietários.

Figura 1: Localização e situação geográfica do município de Terra Alta (PA)



Fonte: IBGE, 2014, adaptado por Sombra, 2017

Este artigo objetiva analisar as dinâmicas territoriais do município de Terra Alta, atentando para as mudanças e permanências no uso da terra. Como parâmetro metodológico para avaliar as mudanças, se faz uso de compilações de autores clássicos que descrevem e analisam o uso da terra no Nordeste Paraense nos anos 1950-1970, a exemplo de Furtado (1987), Loureiro (1985, 1987), mas principalmente Valverde e Dias (1961) e Penteado (1967), utilizando, quando necessário, o processo de vetorização para produção de mapas compatíveis com as normas correntes. Também se faz uso dos arquivos vetoriais produzidos pelo Departamento de Vegetação e Uso da Terra da Unidade Estadual do Pará do IBGE, disponíveis no repositório desta instituição. Nesse caso, os dados cartográficos foram generalizados a partir de informações oriundas de trabalho de campo, realizados em entre

fevereiro e março de 2016. A escrita está guiada pelo método progressivo-regressivo (SARTRE, 1967), quebrando qualquer pretensão de linearidade explicativa.

Por outro lado, também se fez uso de imagens de satélite Landsat e dos arquivos vetoriais *TerraClass* disponibilizados pelo Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (INPE) em seu repositório. Nesse caso, os arquivos vetoriais são construídos baseados eminentemente nas imagens de satélite. Assim, conforme Moreira (2012), os produtos oriundos de pesquisa de campo fornecem uma síntese em raciocínio geográfico dedutivo, da parte ao todo, conforme o método da geografia estraboniana. Ao passo que os produtos oriundos de análise das imagens de satélite fornecem uma síntese em raciocínio geográfico indutivo, do todo à parte, conforme o método da geografia ptolomaica¹. Utilizando Moreira (2012) como referência, as explicações para o arranjo espacial de Terra Alta partem do contraste (negação) e síntese (negação da negação) das duas geografias matrizes supracitadas.

Para tal não se pode olvidar as leis centrais que regem o arranjo espacial da formação espacial amazônica, que seguem as indicações de Moreira (2015), ponderando com as observações empíricas e históricas de Gonçalves (2012), Loureiro (1985), Furtado (1987) e Soares (2016). Isso implica o suposto de que o arranjo espacial contrasta lógicas superpostas de formas distintas, porém sempre alicerçadas no valor de troca como fundamento. A produção do espaço geográfico baseada no valor de uso não é hegemônica desde o evento da ruptura colonial, onde os aglomerados comunitários são rearrumados conforme o remonte jesuíta, e ditados a partir da circulação internacional de mercadorias e força de trabalho. Isso não significa a impossibilidade de territórios alternativos cuja produção do espaço seja pautada na produção de valor de uso, mas significa que sua existência não é hegemônica, e, portanto, não pode ser utilizada para explicar o arranjo do espaço geográfico.

¹ Para Moreira (2014, pp. 57-58): “Estrabão e Ptolomeu são os formuladores que vinculam respectivamente nos séculos I e II a definição da Geografia ao ato de olhar o mundo observando a paisagem a partir de um significado. Ver o mundo vendo-lendo o dizer da paisagem é um hábito costumeiro que tinha todo viajante da antiguidade clássica orientado por um mínimo de curiosidade. Como é com Heródoto. Mas é com Estrabão no século I e Ptolomeu no século II que ver a paisagem com o propósito de ver o mundo pelo significado ganha um fundamento epistemológico. Para Estrabão, olhar a paisagem é perceber o mundo como um todo determinado pelo sentido da diferença. E para Ptolomeu o mundo como um todo determinado por um sentido telúrico. A superfície terrestre com sua diversidade de paisagens é o objeto do olhar, seja de um, seja de outro, mas em Estrabão para o fim de vê-la como o campo próprio da reflexão geográfica, e em Ptolomeu para o de se chegar ao conhecimento da relação de reciprocidade de relação da Terra e do Cosmos, modo necessário para ele de se conhecer a Terra desde sua condição de planeta. São, assim, os inventores da Geografia como uma forma de olhar, o olhar geográfico, cada qual concebendo esse olhar de um modo diferente. O olhar de Estrabão é o da horizontalidade, e o de Ptolomeu, o da verticalidade; Estrabão vê a superfície terrestre na sua infinita diversidade de diferenças de paisagens e Ptolomeu, como expressão espelhar das projeções recíprocas do Cosmos na Terra. Em Estrabão a corografia terrestre é assim o tema da Geografia. Em Ptolomeu, este é um ponto de partida e de chegada. Daí Estrabão designar Geografia à forma de saber que funda. E Ptolomeu, Cosmografia, reservando à Geografia o caráter de um halo de Cartografia dentro do todo cosmográfico. O que significa ter Estrabão uma visão centrada na particularidade. E Ptolomeu, na generalidade da abrangência geográfica”.

Conforme Moreira (2015), uma vez pautada na produção de valor de troca para fins de circulação internacional, a Lei dos Rendimentos Decrescentes indica a evolução das formas espaciais na formação espacial derivada do evento colonial. Ao se tratar de um espaço geográfico produzido sob a hegemonia da subsunção formal das atividades produtivas ao modo de produção capitalista, logo, espaços de extração da mais-valia absoluta, é implicação dialética que a Renda Diferencial I faça o papel de par dialético com a Lei dos Rendimentos Decrescentes, para explicar, em teoria, o que Moreira (2015) nomeia de Lei do Arranjo Espacial, o que se aplica a Terra Alta.

Na atual temporalidade espacial de Terra Alta há incursões de atividades baseadas na Renda Diferencial II, bem como do processo de subsunção real ao capital como um todo, modificando formas no uso da terra, mas isso ainda não modificou o eixo do arranjo espacial de Terra Alta explicado ainda em termos do par dialético das leis [Lei dos Rendimentos Decrescentes-Renda Diferencial I]. E, em função disso, pode-se inferir que Terra Alta ainda está circunscrita à dinâmica de ciclos econômicos, havendo formas de resquícios do último ciclo mesorregional (pimenta) e germes do mais recente ciclo mesorregional (dendeicultura). Ambas pequenas frações diante das áreas de pasto e dos mosaicos de cultivos temporários diversificados, com destaque para a mandioca. Gado e mandioca acabam como as formas que cobrem a estrutura desigual do arranjo espacial mesorregional caracterizada pelos extremos: latifúndio e minifúndio.

Daí que este trabalho mesmo que focado em explicações de diferenciações de áreas, não procura produzir a clássica geografia lablacheana da diferenciação. A discussão sobre as formas está presente porque essa é a raiz do método em geografia, o pano de fundo de amarração do discurso geográfico (geografia geral, regional, física, humana) até que o contrário se estabeleça como consenso. Contudo, a geografia invisível que explica o visível perpassa necessariamente pelo motor da história, e logo da espacialização da sociedade, que é a luta de classes.

Mais que explicar diferenciações interessa provocar reflexões sobre a geografia desigual que é apresentada nesse contexto mesorregional particular, e entender as singularidades desse ponto de inflexão escalar [relações de produção, Estado e mundo] que caracteriza a escala local de Terra Alta, enquanto feixe de redes, as quais:

[...] são ao mesmo tempo globais e locais. Globais elas o são porque cobrem todo o ecúmeno, e, na verdade, constituem o principal instrumento de unificação do planeta. Mas elas também são locais já que cada lugar, através de sua estrutura técnica e de sua estrutura informacional, acolhe uma fração, maior ou menor, das redes globais” (SANTOS, 2008, pp. 161-162).

Assim, o próprio entendimento de singularidades não diz respeito ao único ou ao individual, mas a uma manifestação particular do todo. Segundo Mota (2006, p. 146, grifos do autor):

São os conteúdos do espaço vivido que articulam o ser e o estar do indivíduo particular, e determinam sua relação de pertencimento. Eis aqui o fundamento do lugar. O *modus vivendis* e o *modus operandis*, são as dimensões capazes de articular, espacial e historicamente, o espaço vivido e o mundo através do pertencimento, realizando socialmente o indivíduo, dando-lhe um lócus referencial e existencial – o lugar.

Não se está, afinal, nunca falando de Terra Alta, mas de Terra Alta como um momento da realização do mundo, da totalização do todo. Entender esse lugar, pautada na luta de classes. Para Santos (2008, p. 162):

[...] o conflito entre o trabalho particular e local, e entre o trabalho geral e global, é a base de um choque entre a cultura objetiva, imposta de fora e obediente aos constrangimentos da produção direta, suas técnicas e normas, e a cultura subjetiva, inspirada de dentro de cada um [...].

Entendendo que a imposição da produção do espaço geográfico pautada no valor de troca já de saída representa a intervenção do projeto mundo nessas arenas locais de relações de produção.

Não se está, afinal, nunca falando de Terra Alta, mas de Terra Alta como um momento da realização do mundo, da totalização do todo. Entender esse lugar, pautada na luta de classes. Para Santos (2008, p. 162): “[...] o conflito entre o trabalho particular e local, e entre o trabalho geral e global, é a base de um choque entre a cultura objetiva, imposta de fora e obediente aos constrangimentos da produção direta, suas técnicas e normas, e a cultura subjetiva, inspirada de dentro de cada um [...]”. Entendendo que a imposição da produção do espaço geográfico pautada no valor de troca já de saída representa a intervenção do projeto mundo nessas arenas locais de relações de produção.

Este trabalho se insere no âmbito de pesquisas e estudos desenvolvidos pelo Laboratório Universidade, Técnica, Trabalho e Espaço (LUTTE), liderado pelo prof. Dr. Giovane da Silva Mota. Particularmente o objeto desse artigo também foi local de trabalho de um dos autores. Após a introdução o texto possui três sessões. A primeira discute a formação histórica e econômicas das dinâmicas territoriais que envolvem Terra Alta. A segunda acompanha as mudanças e permanências no uso da terra naquele município. E, finalmente, a terceira sessão analisa as contradições espaciais no município, seguida das considerações finais.

UMA GEOGRAFIA DE CRISTALIZAÇÕES E MOVIMENTOS

Quando Valverde e Dias (1967) se dedicam a analisar o uso da terra na Região do Rodovia Belém-Brasília, englobando, assim, todo o contexto mesorregional do Nordeste Paraense, os autores procuram entender as mudanças ocorrendo em seu germe com a chegada da rodovia, e de força de trabalho urbana e rural. Penteado (1967), cujo estudo é anterior à construção da rodovia, está focada no trajeto da Ferrovia Belém-Bragança, e particularmente na peculiaridade dessa zona agrícola em plena Amazônia.

Conforme enfatiza Gonçalves (2001), em sua distinção entre organização espacial rio-várzea-floresta da Amazônia pré-1960 e organização espacial estrada-terra firme-subsolo da Amazônia pós-1960. O que predomina no contexto mesorregional da primeira organização são as atividades extrativistas em detrimento das atividades agrícolas. A lógica plantacionista que caracterizou a colonização brasileira (Estado do Brasil, com capital em Salvador), arregimentada a partir do desmonte bandeirante como modo de disponibilização de espaço e força de trabalho (MOREIRA, 2015), não foi reproduzida plenamente na colonização amazônica (Estado do Grão-Pará e Maranhão, com capital em Belém).

O controle da força de trabalho e do produto do trabalho se deu através do controle das vias fluviais, e a relação de trabalho envolveu uma série de regimes variando entre o escravocrata, o semi-escravocrata e o semi-assalariado (CHIAVENATO, 1984), que tomou a forma dos regimes de parceria, terça, quinta presentes na agricultura, no extrativismo e na pesca artesanal comercial (FURTADO, 1981). O controle dos meios de produção ao início da colonização foi confiado aos jesuítas e outras ordens religiosas, que rearranjaram os aglomerados comunitário de forma a não mais servirem à produção do valor de uso (MOREIRA, 2015), mas após a ruptura pombalina, são os “cristãos novos” (descendentes de judeus, árabes, sírios e libaneses) que assumirão a função de proprietários das atividades produtivas e da circulação de mercadoria, dinheiro e crédito (SARGES, 2010).

A zona bragantina aparece como área agrícola excepcional nesse contexto, mas isto se explica, primeiramente, pelo papel da centralidade de Belém durante o Ciclo da Borracha. No auge da produção gomífera, Belém e Manaus viveram um período já bastante estudado e comentado de europeização e reforma urbana de suas formas, conhecido como a *Belle Époque*. Contudo, interessa notar que a produção gomífera ao se complexar gerou uma estrutura urbana complexa em Belém, com a gênese da força de trabalho assalariada e

profissionais liberais, ao passo que a atividade matriz da borracha financiava os demais setores econômicos. Conforme Sarges (2010, p. 124):

Com a expansão dos negócios da borracha, os lusitanos foram consolidando suas fortunas e reinvestindo parte dessa acumulação na exploração de novos seringais, outra parte se orientando para o setor pecuário. Foram feitas inversões nos setores de atividades urbanas, de negócios imobiliários, da construção naval de pequeno porte e da construção civil, entre muitos outros.

Corrêa (1988) vai argumentar que nessa época em que a economia da borracha estava no auge ocorreu um crescimento desproporcional da capital Belém, justamente por ela ser polo da rede urbana regional amazônica. Então, para entender a dinâmica e o papel que o nordeste paraense desempenhou é preciso entender como se configurava a rede urbana amazônica nesse momento a partir da economia gomífera.

Para Mourão (1989), os grandes seringalistas foram também os proprietários das indústrias localizadas em Belém e hinterlândia na virada do século XIX ao século XX, que deixou como marca na paisagem os galpões e casas operárias do Bairro do Reduto. Entre esses seringalistas, Sarges (2002; 2010) destaca o papel de Augusto Corrêa, Manoel Jorge Ribeiro, Siqueira Mendes e Antonio Facciola, os quais, em parceria com o capital britânico, possuíam as empreiteiras que construíram os teatros, palácios, casarões, mercados da época, bem como possuíam as concessões mais importantes concedidas pelo Prefeito Antônio Lemos (serviço de transportes por bondes, coleta de lixo, abastecimento de pescado e carne dos mercados etc.).

Assim, os mesmos seringalistas eram os proprietários dos pesqueiros e das embarcações, e suas companhias pesqueiras abasteciam o Mercado Ver-o-Peso, por eles mesmo construído. Destarte, os mercados de Vigia, Soure, Cametá, Marapanim, Bragança e Viseu eram as praças intermediárias das companhias pesqueiras, em um circuito comercial que Veríssimo (1970) nomeou de “a grande pesca” empresarial do século XIX em oposição à “pequena pesca” comunitária de nível local. Também eram proprietários das fazendas, tendo uma delas se emancipado como município com o nome de Augusto Corrêa (FURTADO, 1981).

Atentar ao fato de que Belém se tornou uma metrópole complexa (AMARAL, 2010), com força de trabalho assalariada é importante quando se vai além da forma. Além de fornecer as matérias-primas que a indústria nascente necessitava (MOURÃO, 1989), fazia-se necessário alimentar a crescente força de trabalho que se aglomerava principalmente em

Belém, mas, em menor escala, nas praças intermediárias, como Bragança e Cametá. Essa função foi exercida pelas forças produtivas do Nordeste Paraense. Penteado (1973), em seu estudo acerca do sistema portuário de Belém, comenta a importância da hinterlândia a qual determina condições objetivas para a reprodução do aglomerado urbano e da força de trabalho na capital paraense.

Embora o Porto de Belém tenha sido construído pela perspectiva da circulação internacional da borracha pelo grupo de Percival Farquhar – milionário estadunidense cujo objetivo era controlar a circulação das duas maiores pautas de exportação nacional, quais sejam a borracha amazônica e o café paulista, travando, para isso, uma guerra comercial e política para obter todas as concessões ferroviárias e portuárias em território brasileiro (GAUD, 1964) – o que é mostrado por Penteado (1973), sem menosprezar as relações internacionais, é que, no período 1920-1950, o sistema portuário de Belém é fartamente alimentado pelos produtos oriundos de sua hinterlândia. Além do pescado, cabe destaque à produção de farinha de mandioca, de açaí, de hortaliças e também de especiarias como a pimenta, em alta nos anos 1950.

A colonização da zona bragantina, aliás, ocorreu principalmente através de esforços oficiais do Estado paraense. Na virada rumo ao século XX, o governador lealista Augusto Montenegro implementava uma política de atração de estrangeiros, mas sobretudo de migrantes oriundos dos sertões de Maranhão, Piauí e Ceará, objetivando garantir o abastecimento de Belém, e também de Bragança. Conforme Furtado (1987), os dois primeiros quartéis do século XX verão a geografia do Nordeste Paraense ganhar a conformação de faixas geoeconômicas especializadas em determinada atividade produtiva.

Para Velho (1972), a força de trabalho nordestina, mais afeita ao trabalho produtivo da terra do que à dinâmica agroextrativista da Amazônia, termina por expandir as áreas de cultivo de roça de mandioca. Andrade (1970) denuncia esse problema ao enxergar a geografia em movimento no período de integração territorial brasileira, pois a dinâmica de pequena produção aliada ao extrativismo e pesca da Amazônia estava adaptada ao meio físico local, à distinção da cultura de roça nordestina que se ampliava na zona bragantina. Já Castro (1984) se espantou ao descobrir que toda a alimentação de base da população amazônica resumia-se, no mais das vezes, ao pescado com mandioca, vendo o consumo das frutas regionais cair drasticamente na hinterlândia de Belém, o que representava uma grande queda no padrão nutricional.

Esse é o contexto de pulverização de minifúndios no Nordeste Paraense. Conforme lembra Loureiro (1985), isto não se trata apenas de aspecto cultural ou familiar. Trata-se da distribuição de terras que atende à espacialização das classes sociais. Conforme a pesquisa de Furtado (1987), as grandes propriedades pesqueiras terminaram nas mãos de médios proprietários, mas o mesmo não ocorreu com as grandes fazendas de extração de seringa, castanha e outras especiarias. O estudo de Fernandes (2011) no vale do Rio Capim mostra que as áreas de extração foram passando por uma rápida conversão em áreas de pasto, a partir dos anos 1920, processo que já ocorria na era da borracha, porém de forma incipiente, conforme Sarges (2010).

Entrementes, com a destruição do capital acumulado pela elite seringalista, e, posteriormente, pelo estabelecimento de um novo marco nacional de controle do trabalho através das horas de trabalho com Vargas, as formas de controle da força de trabalho, do produto do trabalho, dos meios de trabalho e dos objetos de trabalho se metamorfoseiam na Amazônia, e passam obedecer aos ditames nacionais, marcando um controle unificado do trabalho pela primeira vez na formação espacial brasileira (SOARES, 2016). Em termos de formas, se antes as fazendas de extração de produtos não madeireiros não possuíam cercas cravando o limite físico, controlado pelo acesso aos rios, agora os limites estão representados em cercas, conforme aponta Gonçalves (2012).

O gado antes exprimido em interstícios aqui e ali (à exceção da Ilha do Marajó), agora sobe rapidamente os principais vales fluviais da hinterlândia de Belém: Guamá, Capim, Moju, Acará, Marapanim, Maracanã, Caeté, Piriá e Gurupi. Os grandes seringais de outrora são agora grandes áreas de pasto, entremeadas por uma miríade de pequenas produções de roça de mandioca. As áreas de cultivos temporários diversos, com amplo destaque para a mandioca vão bordar as fazendas de gado e vão ser a alternativa de reprodução social dos posseiros, dos pequenos proprietários e dos colonos na maior parte do Nordeste Paraense, com duas exceções: a zona litorânea que se especializará na pesca e extrativismo animal (LOUREIRO, 1985; FURTADO, 1987) e os vales dos rios Piriá e Gurupi que apresentarão uma concentração de garimpeiros, com a atividade da faiscação, também aglomerados em pequenas vilas (CHAVES, 2001; LOUREIRO, 1996).

As populações extrativistas se reproduzem aqui e ali, em algum meandro de rio, em alguma área de fazenda (como no caso do extrativismo do babaçu), quase sempre na condição de posseiros. Entrementes, na derrocada do extrativismo em favor da pecuária, não se tem

mais sentido o excesso de posseiros dentro das grandes propriedades (adquiridas legalmente ou não). Diante das cercas, e dos jagunços, uma parte da população rural no Nordeste Paraense – a que lá já estava e a que chegou há pouco e continua a chegar –, já sem o acesso às áreas comuns, principalmente os cursos d’água se desloca para as cidades, onde irá trabalhar na condição de “trabalhador livre”. Ou seja: trabalhador livre da propriedade dos meios de produção. Em Belém irão trabalhar como assalariados ou no circuito inferior² da economia informal. Nas cidades litorâneas irão trabalhar como parceiros (reproduzindo o regime de aviamento), principalmente no comércio e na pesca artesanal comercial (LOUREIRO, 1987), com destaque para Vigia, Marapanim e Bragança.

Enquanto que a outra parte da população rural irá se reproduzir em lotes menores, e que se tornam menores a cada nova geração (LOUREIRO, 1985). A zona costeira do Nordeste Paraense agora possui claramente uma faixa de pescadores especializados, enquanto que a faixa central de terras entre o Guamá e o Litoral possui agricultores especializados (CANTO et al., 2018). São áreas de terra firme divididas entre largas áreas de gado e pequenos lotes concentrados de roça de mandioca. Resquícios de seringais, e um novo ciclo econômico completando o uso da terra mesorregional, que é a produção da pimenta-do-reino, animada pelos migrantes japoneses. Esse é o quadro observado por Furtado (1987), em Marapanim, por Loureiro (1985) na Vigia, por Loureiro (1987) em Soure, por Penteadó (1967) na zona bragantina, e por Valverde e Dias (1967) no Nordeste Paraense como um todo.

As cidades concentram o comércio, o serviço. As cidades ribeirinhas, assim como as litorâneas, possuem a pesca artesanal, e também a produção de embarcações como atividade dinâmica (SOMBRA et al., 2018). As principais sedes municipais de então passam a concentrar as populações municipais (SOARES et al., 2018). No Baixo Tocantins, a cidade de Abaetetuba torna-se centro regional comercial, rivalizando com Cametá, obtendo a maior

² O termo é empregado aqui seguindo Santos (1979), analisando a espacialização da divisão do trabalho. Nas formações periféricas do capitalismo há, de um lado, uma grande parte da população que depende de salários baixos e do outro, uma minoria com altos salários ou, principalmente, que detém a propriedade dos meios de produção e o controle do Estado, criando um considerável lapso na sociedade urbana, materializando a desigualdade socioespacial fundante do modo de produção de capitalista. Destarte, o “circuito superior” está relacionado à alta tecnologia, com atividades de capital intensivo. O circuito superior é formado por atividades ligadas ao setor terciário de serviços: bancos, comércio e indústria de exportações, comércio atacadista e transporte, serviços modernos. Ao passo que o “circuito inferior”, formado por atividades de trabalho intensivo, é composto por atividades e serviços não modernos, geralmente abastecidos pelo nível de venda e varejo e pelo comércio em pequena escala, utilizando para essa finalidade, o trabalho intensivo em lugar da tecnologia. O circuito inferior cumpre, portanto, o papel de *exterioridade post festum* analisado por Marx (2012), efetuando assim uma transferência de mais-valia para o circuito superior através da troca desigual.

concentração de força de trabalho³ no Nordeste Paraense à margem esquerda do Guamá (QUARESMA et al., 2015). Passemos a análise de Valverde e Dias (1967), como ponto de partida para entender a situação geográfica de Terra Alta.

EVOLUÇÃO DAS DINÂMICAS TERRITORIAIS NO NORDESTE PARAENSE

A construção do Rodovia Belém-Brasília (BR-010) traça uma séria de mudanças no quadro mesorregional, não apenas pela conexão com o Centro-Sul, e pela chegada de produtos e mais força de trabalho, mas também pela inserção do Nordeste Paraense na lógica rodoviária⁴. Junto à BR-010, uma série de rodovias federais são construídas conectando Belém a Bragança com intermediação em Castanhal, substituindo a ferrovia, e também rodovias estaduais que conectam a malha federal e Belém às cidades da hinterlândia.

Loureiro (1985) aponta as modificações que a Rodovia Belém-Vigia (atual PA-140) estrutura nas colônias agrícolas de Vigia e Santo Antônio do Tauá. Furtado (1987) estuda as dinâmicas econômicas em Marapanim com a chegada da Rodovia Castanhal-Curuçá (atual PA-136), e seu ramal para Marapanim e Vila da Marudá (atual PA-318). Em termos de formas, de fato, as estradas estruturam a produção e circulação dos espaços doravante, conforme afirma Gonçalves (2012).

Quando Furtado (1987) seleciona especificamente o trabalho de Valverde e Dias (1967) para entender o a dinâmica do uso da terra, correlacionando ecossistemas, solos e sistemas produtivos, fá-lo para entender a partir da capacidade de síntese daqueles autores que conseguiram enxergar as dinâmicas territoriais se movendo no espaço como manchas, ou, ainda melhor, como faixas em movimento. Entender o movimento destas faixas era crucial para identificar a origem e o sentido da mobilidade de força de trabalho no quadro regional, e, especificamente no município de Marapanim.

Orlando Valverde e Catherine Dias são geógrafos do IBGE, e estão realizando um

³ Conforme Alves (2007, p. 83): “O crescimento demográfico apresentado [...] indica uma dinâmica social marcada pela mobilidade espacial ligada tanto ao crescimento vegetativo como às migrações intra-estadual marcantes nesse período. Em Abaetetuba, esse crescimento populacional foi sustentado pela vinda de inúmeras famílias das ilhas do Município e de habitantes das cidades mais próximas, tais como Igarapé-Miri e Mojú”, derivando a desigualdade espacial materializada na cidade.

⁴ De acordo com Quaresma et al. (2015, p. 158): “A abertura das estradas na Amazônia significou a abertura territorial ao grande capital, com novas relações, novos produtos e novas lógicas produtivas que viriam a se chocar com as relações de então, soerguidas sob a base da hegemonia mercantil. Chegavam à Amazônia novas mercadorias e um novo modo de lidar com a mercadoria “trabalho” a partir de atividades que contavam com várias formas de incentivos para o desenvolvimento por parte do Estado. Por outro lado, como não se tratou de um desenvolvimento endógeno, é mister observar o quanto os novos agentes, ao se territorializarem, passaram a reproduzir as formas de produção e exploração do trabalho tradicionais à formação amazônica”

trabalho de cunho similar ao que Léo Waibel fizera na inauguração do IBGE durante a Era Vargas. Waibel percebeu que o Brasil colonial foi organizado basicamente em duas faixas, que eram simultaneamente faixas geobotânicas e faixas geoeconômicas. A faixa de matas tropicais atlânticas foi a escolhida para sediar as lavouras coloniais, enquanto que a faixa de vegetação campestre (como grosso modo se pode sintetizar o arco que abrange a caatinga, o cerrado, o pantanal e o pampa) foi escolhido para a reprodução da atividade pecuária. Essa correlação identificada por Waibel remetia ao arranjo histórico do espaço geográfico brasileiro (MOREIRA, 2015).

O contexto em que Waibel está realizando o seu trabalho, porém, diz respeito a uma inversão desta correlação waibeliana. A incorporação de mais capital constante na agricultura (com a chamada Revolução Verde), acrescendo renda diferencial II à produção, libera as monoculturas dos solos esgotados da fachada litorânea, e também da renda de localização e acesso rápido ao mar (renda diferencial I⁵). Permite, assim, o avanço da produção agrícola além da barreira dos mares de morros. Assim, o gado que historicamente caminhou rio acima e sertão adentro no Brasil, criando no chão as trilhas de integração que conectavam as zonas econômicas dos distintos núcleos, agora adentra ao litoral, para consumir em pastos os solos desgastados pela longa colonização.

⁵ Conforme um de nós pontuou em outro texto: “Marx (1987) estabeleceu em sua análise a configuração de três tipos de renda da terra: i) absoluta; ii) diferencial 1 e; iii) diferencial 2. A renda da terra constitui uma forma monopólica geral, pois resulta do controle sobre faixas de terra ou do subsolo, impondo limites a exploração agrária ou de jazidas minerais. Nas suas diversas formas a renda da terra expressa os mecanismos econômicos das relações de classe com a terra. Porém essa força natural não é a fonte da riqueza acrescida (mais-valor) e sim somente sua base natural, sendo que a circulação do capital é o que proporciona esse processo, dado a crescente apropriação e transformação em elementos do processo reprodutivo de novas minas de exploração mineral, de outro modo, a renda não é uma propriedade natural das minas (da terra), mesmo que as condições qualitativas e de acesso aos veios minerais sejam condições de sua manifestação, e sim ‘uma propriedade das relações sociais’ (Fine, 1988, p. 305). Marx considera primeiramente a renda diferencial 1 a partir de duas condições: (1) diferenças na fertilidade e (2) local, ou seja, a distância entre o local entre a produção e o mercado. As diferenças de fertilidade e de localização possibilitam com que capitais de mesmo volume e composição obtenham diferentes retornos quando aplicados no setor agrícola ou mineral. A Renda Diferencial do tipo 1 (RD1) ‘é fixada pela diferença entre os preços individuais de produção e o valor de mercado determinado pelas condições de produção na terra pior’ (Harvey, 2013, p. 455). Em termos minerais teremos que a mina de pior qualidade estabelece o padrão médio de preços, sendo que a mina de qualidade superior produz sob condições que lhe proporciona preço de produção inferior, a diferença entre o preço de mercado e o preço individual de produção estabelece a Renda Diferencial Mineral 1. A segunda forma de renda diferencial (DRII) elaborada por Marx refere-se a diferentes produtividades resultantes de aplicações sucessivas de capitais à mesma terra, incluindo as terras marginais. Por exemplo, se R\$ 100 de capital investidos produzem 100 kg de trigo na pior terra, e a segunda aplicação de capital de R\$ 100 produz 50 kg de trigo, então as condições de regulação correspondem ao segundo investimento, pois constitui agora a pior terra ou o pior investimento (aplicação de capitais), desde que outras terras não produzam menos de 50 kg com um investimento subsequente de R\$ 100 de capital. Há então um lucro suplementar para a primeira aplicação de capitais investidos mesmo para o pior da terra, bem como para terras mais férteis, o que corresponde a DRII” (Leite et al., 2016, pp. 60-61). É importante, nesses termos, considerar que para Moreira (2015), as rendas diferenciais constituem as leis explicativas do arranjo espacial brasileiro, tese com a qual concordamos.

Moreira (2015) lembra que ao se considerar o arranjo espacial brasileiro como um todo, tem-se uma terceira faixa geobotânica/geoeconômica que corresponde à Amazônia. Assim, as florestas tropicais deram lugar às lavouras, as vegetações campestres ao pasto, e a floresta equatorial foi mantida para a reprodução das atividades extrativistas. Em termos de formas, não há uma distinção maior com a geografia dos povos ameríndios. Conforme Moreira (2015), a geografia dos ameríndios já tinha essa conformação, pois os tupi-guarani apresentavam pequenas culturas de roça de mandioca, consorciadas com o extrativismo animal, na mata atlântica, os jês privilegiavam a caça de grandes animais no cerrado e no planalto central, ao passo que os caribes e os aruaques viviam da pesca e do extrativismo vegetal ao largo da bacia amazônica.

Assim, a geografia portuguesa do Brasil colonial se assentou sobre as faixas ameríndias. Mas atenção ao fato de que o fundamento do valor de uso foi substituído pelo valor de troca. Inclusive na Amazônia, uma vez que o arranjo espacial foi rearrumado para a produção de uma colônia de exportação. Doravante, a geografia da subsunção formal firmada no evento colonial sofre uma cisão diante do evento da integração territorial do Brasil (ou colonização da Amazônia pelo Brasil). O contexto da inversão da correlação waibeliana deriva na rearrumação das faixas no espaço geográfico amazônico.

Valverde e Dias (1967) estão seguindo a tradição waibeliana do IBGE ao identificar as faixas em movimento na área de influência da Rodovia Belém-Brasília, com destaque para o contexto mesorregional do Nordeste Paraense. Em seu trabalho, os dois autores observam a existência de extração de borracha esparsada no vale do Rio Caeté, nos tributários da margem esquerda do Rio Guamá, bem como na estrada que liga Belém à Vigia, com concentração próxima à então vila de Santo Antônio do Tauá. As franjas e reentrâncias da zona costeira estão passando por uma especialização em torno da pesca artesanal e do extrativismo animal, que será bem dissertado por Furtado (1987). Há um fenômeno novo, por outro lado, que diz respeito à cultura da pimenta do reino, cuja concentração está nas cercanias da cidade de Tomé-Açu. A pimenta se expande na mesma medida em que aumentam as áreas, através da incorporação e da compra de terras, do imigrante típico do século XX: o japonês.

As seringueiras e as castanheiras, de propriedade do imigrante típico do século XIX, o sírio-libanês, tornam-se resquícios, e aquele se converte em proprietário de outro circuito mercantil (REIS, 1972). A pimenta, a partir da base em Tomé-Açu, projeta-se em três direções: a leste, rumo à margem direita do Rio Tocantins, a oeste, rumo à margem esquerda

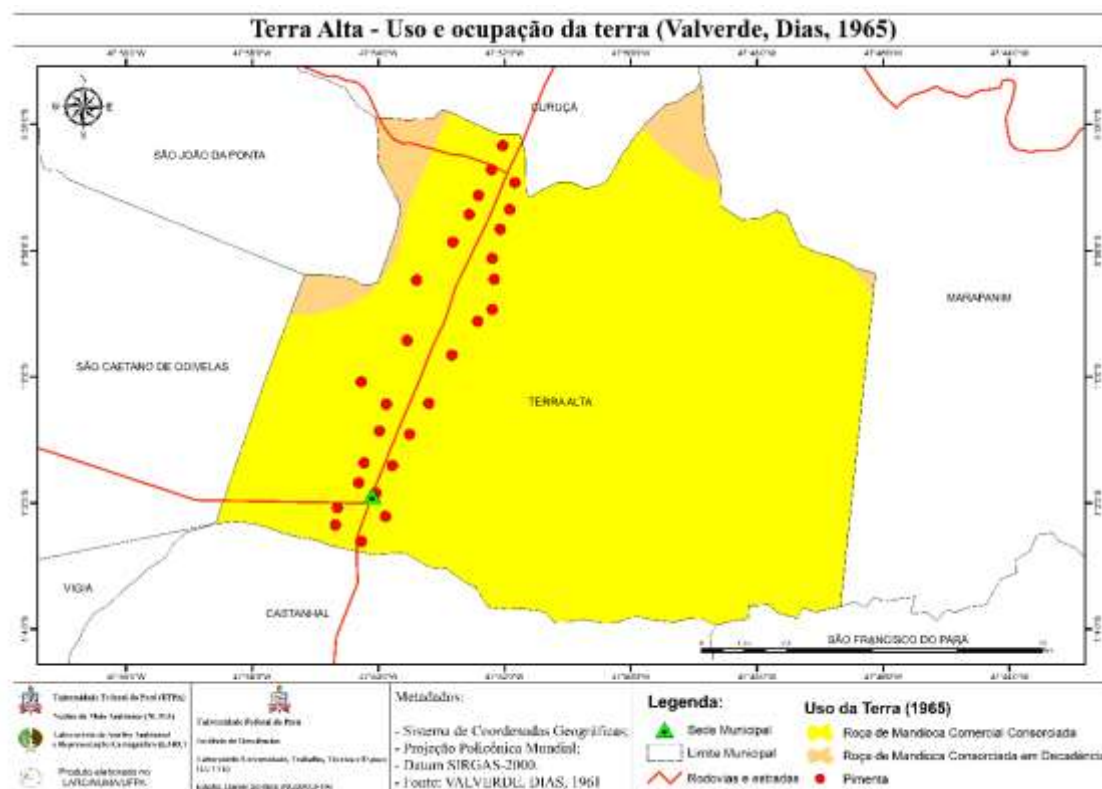
do Rio Capim, e ao norte, rumo à margem esquerda do Rio Guamá, tendo como limite ao sul as emergências das áreas mais altas do Sudeste Paraense. Projeta-se a formação de um futuro quadrilátero da pimenta. Por outro lado, em toda a porção a partir da margem direita do Rio Capim e margem direita do Rio Guamá, os movimentos dos japoneses no tabuleiro não são relevantes. Aqui se destaca muito mais o tradicional migrante nordestino, chegando em levas progressivas desde o ciclo da borracha (SOARES, 2016).

Essa área, porém, já está bastante povoada. Trata-se da área maior concentração demográfica da Amazônia de então, e de hoje (nos dois momentos excetuando-se as concentrações nas metrópoles, Belém e Manaus). Aqui as seringueiras estão se esvaindo, e o vetor em expansão é o gado descendo o vale do Rio Capim (FERNANDES, 2011). Contudo, o que chama a atenção dos geógrafos ibgeanos nessa área é a larga bacia de produção de mandioca que eles identificaram. Nessa faixa, além de seringais em decadência, há presença de plantações frutíferas e de hortaliças, em colônias agrícolas que formam grande anel hortofruticultor em torno da cidade de Belém. O eixo ferroviário Belém-Bragança é substituído pelo eixo rodoviário, mas ainda persiste sendo um eixo de aglutinação de colônias agrícolas. Fora isso, e a zona pesqueira, todo o demais é englobado pela bacia de produção da mandioca, fazendo com que todas as outras atividades, em termos de área, pareçam excepcionais frente à mandioca.

MUDANÇAS E PERMANÊNCIAS NO USO E COBERTURA DA TERRA EM TERRA ALTA (PA) – (1950-2010)

Comunidades agrícolas onde vivem posseiros, colonos, assentados ou quilombolas, conforme cada caso, bordeadas pelos pequenos lotes de cada família em cenário repetitivo, constituem o quadro geral da paisagem das paragens de então. Mas essas áreas apresentam distinções, conforme o olhar atento de Valverde e Dias (1967). Principalmente, nas fazendas maiores, a malva está consorciada com a malva. Por outro lado, há áreas que estão produzindo mandioca eficientemente, enquanto outras estão estagnadas com produção decadente. Em suma, a regionalização de Valverde e Dias (1967) está baseada em três grandes áreas: *a*) área de malva consorciada com mandioca; *b*) área de roça de mandioca comercial consorciada; *c*) área de roça de mandioca consorciada em decadência. O que foi especializado na figura 2. No caso das últimas, trata-se justamente das áreas dos minifúndios que começaram a se intensificar, com a produção incapaz de gerar qualquer excedente, às vezes não bastando nem mesmo para a alimentação dos produtores.

Figura 2: Mapa do Uso da terra em Terra Alta (PA), em 1965, conforme Valverde e Dias (1967)



Fonte: Valverde e Dias, 1967; adaptado por Sombra, 2017.

No período analisado pelo estudo de Valverde e Dias (1967), Terra Alta ainda não é um município emancipado. A então Vila de Terra Alta aparece como um aglomerado rural no contexto de construção da Rodovia Castanhal-Curuçá, na altura do divisor de águas entre a bacia do Rio Marapanim e a bacia do Rio Mocajuba. Após a vetorização do seu trabalho cartográfico, e secção ao nível do atual limite municipal de Terra Alta, o que se percebe é a presença maçante das áreas de produção de mandioca.

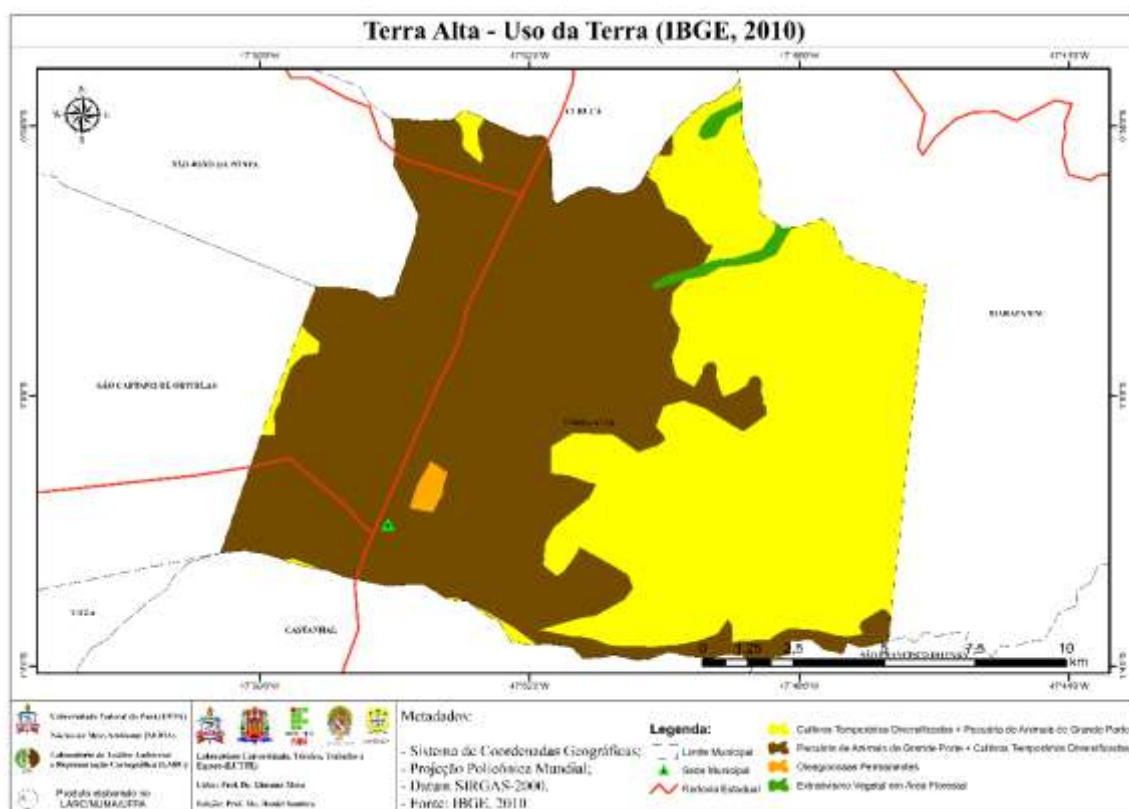
A maior parte da área do município encontra-se dentro da área delimitada como produção de mandioca comercial consorciada. A produção de mandioca consorciada especificamente com malva não adentra à atual área municipal de Terra Alta. E as zonas mais afastadas, na direção norte, são as que apresentam as áreas ditas de produção de mandioca em decadência. Para Loureiro (1985), as áreas de produção decadente foram rapidamente incorporadas por fazendas maiores, seja através da compra de terras, ou da incorporação por outros meios. Não se está em condições de se afirmar que foi o caso em Terra Alta, mas apenas de apontar as tendências.

No contexto do zoneamento de Valverde e Dias (1967), as áreas mais ao norte correspondem às áreas decadentes. É possível que isso tenha alguma relação com o eixo do

Rio Marapanim, que representa o limite municipal do sul de Terra Alta. Nesse caso, hipoteticamente, o eixo fluvial representaria o ponto de função da renda diferencial I para a mandioca. A porção norte já se conecta com a bacia do Rio Mocajuba, que, porém, não leva a cidades na foz, ao contrário do Marapanim. Por outro lado, para a pimenta, definitivamente, o papel estruturante não é executado em função do rio, mas sim da estrada. As plantações de pimenta, portanto, não estão dispostas conforme o fluxo do rio.

É necessário, contudo, certa prudência ao tratar desses dados espaciais, os quais foram elaborados a partir de raciocínio geográfico dedutivo. As informações compiladas por Valverde e Dias (1967) correspondem a um esforço de síntese. Contudo, o quadro geral corresponde ao também apontado por Penteadó (1967), Furtado (1987) e Loureiro (1985), cujos trabalhos não foram também vetorizados por focarem em áreas que não abrangem o contexto particular de Terra Alta. Quando se contrasta com os trabalhos elaborados pelos geógrafos e agrônomos do Departamento de Vegetação e Uso da Terra da Unidade Estadual do Pará do IBGE, disponibilizado em IBGE (2010), utilizando a mesma metodologia, baseada em trabalhos de campo, percebe-se que as áreas de pimenta não fazem mais parte das dinâmicas territoriais presentes na área abrangida pelo limite municipal de Terra Alta.

Figura 3: Mapa do Uso da terra em Terra Alta (PA), em 2010, conforme IBGE (2010)



Fonte: IBGE, 2010, adaptado por Sombra, 2017.

No atual contexto, Terra Alta tem já a grande presença da pecuária de animais de grande porte. Trata-se de pecuária extensiva, com o gado vagando em grandes pastagens. Praticamente a metade do município está sob a ocupação hegemônica desta atividade, atentando para o fato de que a predominância da pecuária, na área representada em cor marrom, não exclui a presença de cultivos temporários diversificados. A pecuária bovina se destaca no município em relação aos demais rebanhos, ainda que esteja em certa diminuição entre 2005 e 2010. A pecuária leiteira também se faz presente, com um bom número de vacas leiteiras no município. Os rebanhos de agricultura familiar, localizados nos mosaicos de ocupação da agricultura familiar, principalmente galinhas e frangos, também possuem destaque, conforme se vê na tabela seguinte.

Tabela 1: Rebanhos existentes em Terra Alta (PA)

Rebanhos	Efetivo					
	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Bovinos	6.930	7.134	5.382	5.390	4.102	3.768
Suínos	548	540	172	150	405	375
Bubalinos	15	15	15	15	3	26
Equinos	120	120	145	150	137	125
Asininos	68	60	60	60	22	20
Muares	10	10	54	50	20	24
Ovinos	710	750	750	700	285	570
Caprinos	120	150	150	150	-	56
Galinhas	3.305	3.390	500	450	720	650
Galos, Frangas, Frangos e Pintos	14.108	4.200	1.016	1.000	24.315	22.995
Vacas leiteiras	2.200	2.210	2.200	2.000	920	883

Fonte: IBGE, adaptado pelos autores

Por outro lado, a área representada em cor amarela na figura 3 apresenta predominância de cultivos temporários diversificados, mas há presença de pecuária de animais de grande porte. Em termos de cultivos temporários, a predominância ainda é da mandioca. Mas há presença da produção de abacaxi, arroz, feijão, melancia e milho, conforme dados do IBGE. Isso confirma a presença forte da agricultura familiar no município, em conjunção aos mosaicos de ocupação, e ilustra como Terra Alta, seguindo o padrão

mesorregional, se encontra diante do binômio latifúndio-minifúndio, com gado e mandioca sendo os produtos principais do trabalho elaborado no espaço rural.

Por outro lado, o que se verificou em campo é a polarização exercida pela cidade de Castanhal, destino de boa parte dos produtos alimentícios produzidos em Terra Alta⁶. No caso da pecuária, uma pequena parte do processamento da carne é elaborada na cidade de Terra Alta, mas a maior parte o é na cidade de Castanhal havendo inclusive dois produtores que se dedicam à venda de carne para exportação, realizada por empresas com plantas industriais em Castanhal.

Figura 4: Indústria beneficiadora de açaí em Castanhal



Fonte: Fotografia do geógrafo Danilo Pinho, publicada em Soares (2016, p. 244)

Ao longo da Rodovia PA-136, também há forte presença de empresas que beneficiam produtos oriundos das atividades extrativistas dos municípios próximos a Castanhal, com destaque para o açaí. A imagem acima reproduz a fotografia de uma das empresas exportadoras de açaí na cidade de Castanhal, cujo abastecimento é logrado a partir da compra do açaí produzido nos municípios vizinhos, entre eles, Terra Alta.

⁶ Concordamos, a partir da nossa análise de campo, com a tese enunciada por Ribeiro (2017) acerca da área de influência dos três nós geográficos da rede urbano-regional do Nordeste Paraense: Castanhal, Capanema e Bragança. No caso de Terra Alta, confirma-se o que pondera o autor, essa influência pode ser observada a partir de alguns critérios de deslocamentos geográficos: *a)* deslocamento de pessoas por motivo de trabalho; *b)* deslocamento de pessoas por motivo de estudos; e, *c)* a influência da troca de mercadorias pela rede varejista. As conexões rodoviárias, através de ônibus, vans e táxi-lotação se dão também a partir da polarização da cidade de Castanhal.

Tabela 2: Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Temporárias em Terra Alta (PA)

Produtos	Área Colhida (Há)		Quantidade Produzida (t)		Valor (mil reais)	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Abacaxi (mil frutos)	10	3	220	66	110	33
Arroz (em casca)	10	-	6	-	4	-
Feijão (em grão)	36	36	22	22	26	44
Mandioca	600	600	9.000	9.000	1.530	1.800
Melancia	47	47	1.410	1.410	705	705
Milho (em grão)	50	50	30	30	12	15

Fonte: IBGE, adaptado pelos autores

Conforme se apurou em campo, o aumento da produção de abacaxi e melancia, ambas concentradas ao lado esquerdo da PA- está ligado aos incentivos possibilitados junto ao PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar). A maioria dos alimentos consumidos nas escolas da Secretaria Municipal de Terra Alta provém da agricultura familiar local. A área próxima à sede municipal de Terra Alta apresenta, porém, cultivos de oleaginosas permanentes. Tratam-se de áreas de dendeicultura, novo vetor que ocupa o Nordeste Paraense. À semelhança da pimenta no passado, o dendê se projetou a partir de suas primeiras ocupações na confluência entre os municípios de Moju, Acará, Tailândia e Tomé-Açu nas direções leste, norte e sul, ocupando as áreas deprimidas de pimenta após a crise desse setor no final dos anos 1990. Hoje o antigo quadrilátero da pimenta é ocupado pela dendeicultura, que avança na porção à margem direita do Rio Guamá, mas aqui com menos intensidade. Em Terra Alta está restrito a poucas grandes fazendas.

Em Terra Alta, conforme também se avaliou em campo, a produção da dendeicultura é recente. Os plantios foram iniciados em 2010, e apenas em 2012 iniciou a produção. Os dados do IBGE não cobrem a presença da produção de palma, embora a expansão em termos de área tenha se dado rapidamente. Até 2010, o destaque para a produção de culturas permanentes se dava para o coco-da-baía e para o mamão. Em termos de valor agregado à produção, porém, a principal atividade era o cultivo da pimenta-do-Reino. Novamente, seguindo padrão mesorregional, a dendeicultura está ocupando em Terra Alta os espaços pretéritos da pimenta (CORDOBA et al., 2018).

Tabela 3: Área Colhida, Quantidade Produzida e Valor da Produção dos Principais Produtos das Lavouras Permanentes em Terra Alta (PA)

Produtos	Área colhida (Ha)		Quantidade produzida (t)		Valor (mil reais)	
	2009	2010	2009	2010	2009	2010
Banana	10	10	150	150	120	75
Coco-da-Baía (mil frutos)	10	10	180	190	54	27
Laranja	10	10	175	175	18	26
Mamão	10	10	180	180	144	144
Maracujá	7	7	56	56	45	56
Pimenta-do-reino	40	40	96	96	355	413
Urucum (semente)	5	5	2	2	4	4

Fonte: IBGE, adaptado pelos autores

Quando se olha o quadro da produção de lavoura permanente para os dados mais recentes disponíveis, os anos de 2009 e 2010, não se percebe alteração na área colhida, uma vez que nesse caso não há replantio por longos períodos. A quantidade produzida por cada produto também é estável, sendo o único elemento variável o valor, que oscila conforme os preços do mercado. O incremento à produção dos frutos aqui também se deve à presença do PNAE.

O trabalho do IBGE (2010) também permite visualizar a reprodução da atividade de extrativismo vegetal em área florestal, às margens do Rio Maú. É interessante notar que o mesmo não se passa às margens do Rio Marapanim. Conforme os dados do IBGE, a produção extrativista do açaí entrou em súbita crise após 2004, ao passo que a área do Rio Maú responde pela produção de lenha e das carvoarias, cabendo muito maior destaque, tanto em termos de produção, como em termos de valor agregado, à extração de lenha. Nessa área, porção nordeste do município, encontram-se também os maiores registros de trabalho infantil, o que levou a Prefeitura e o Conselho Tutelar de Terra Alta a realizar um trabalho especial nas vilas desta área.

Tabela 4: Quantidade e Valor dos Produtos da Extração Vegetal Madeireira em Terra Alta (PA)

Produtos	Quantidade Produzida (t)									Valor (mil reais)								
	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Carvão Vegetal	3	4	4	4	4	4	4	4	5	1	1	1	2	2	2	1	2	3
Lenha (m ³)	27.900	28.990	29.650	28.650	22.217	27.220	27.250	26.250	26.500	167	246	148	172	150	191	273	263	398

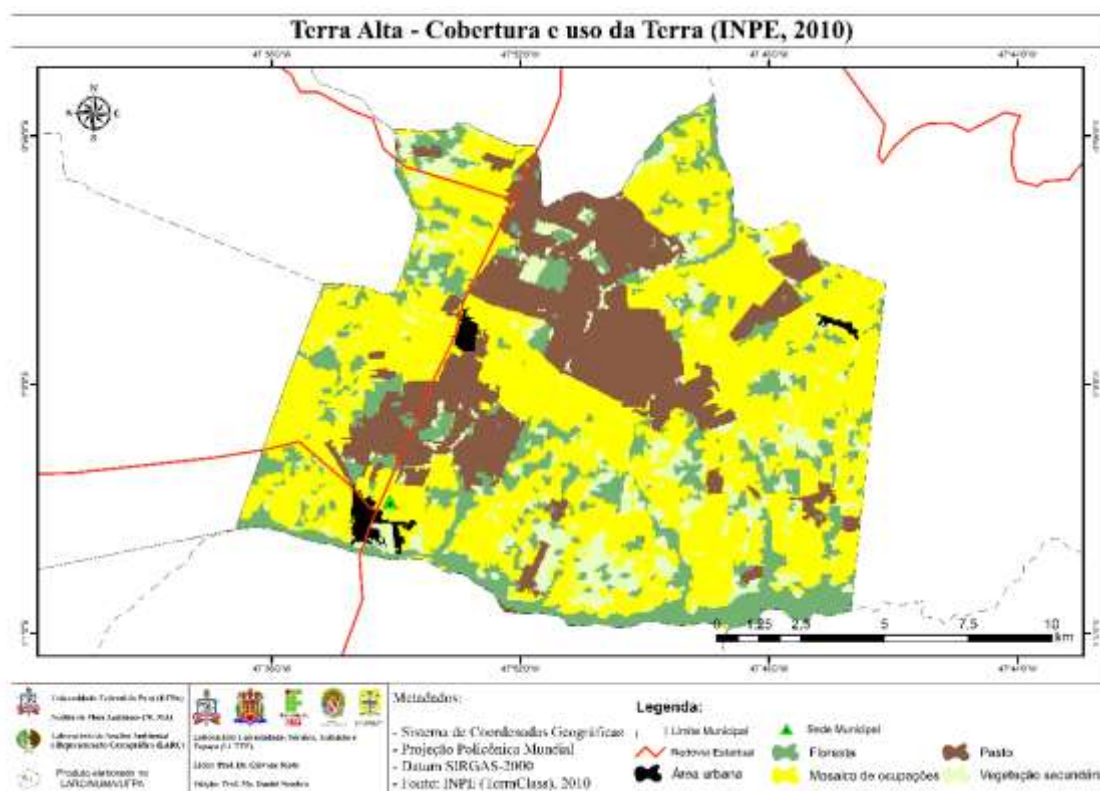
Fonte: IBGE, adaptado pelos autores

Novamente, os trabalhos em raciocínio geográfico dedutivo terminam por representar bem as dinâmicas territoriais e delimitam uma síntese da ocupação econômica. Por outro lado, ao se contrastar com os produtos oriundos de imagens de satélite, tal como os do Projeto TerraClass, do INPE (2010), temos uma visão mais fincada à localização real das atividades,

ainda que se deva tomar atenção, pois a copa das florestas vista pelo olhar vertical por vezes oculta o real uso do território. Em que pese as dificuldades cartográficas de se realizar modelagem considerando somente dados secundários⁷.

Em todo o caso, com o mapa elaborado a partir das imagens Landsat, é possível visualizar a extensão das áreas de pasto. Aqui se vê claramente que elas estão dimensionadas a partir da Rodovia PA-136, que liga Castanhal a Curuçá. Em cor preta se vê as áreas ocupadas por domicílios urbanos, onde se destacam três concentrações: a da sede municipal de Terra Alta no extremo sudoeste do município; a vila de Mocajubinha, no noroeste do município, e, por fim, a vila de Vista Alegre no extremo nordeste do município.

Figura 5: Mapa do Uso e cobertura da terra em Terra Alta (PA), em 2010, conforme INPE (2010)



Fonte: INPE, 2010, adaptado por Sombra, 2017.

A partir dessa cartografia de uso e ocupação do solo também se nota a reprodução das florestas, particularmente da vegetação ciliar às margens do Rio Marapanim, também com presença de vegetação secundária. As áreas em amarelo nesse mapa dizem respeito aos mosaicos de ocupações. Pequenas áreas com múltiplas ocupações agrícolas que dizem respeito aos cultivos temporários diversificados, com destaque para a cultura da mandioca.

⁷ Recentemente, um de nós concluiu um estudo que avaliou e dissertou acerca dessas dificuldades, e mais especificamente, com o tratamento de imagens Landsat. Consultar Lima (2016).

Assim, constata-se que o setor agropecuário é hegemônico em termos de área em Terra Alta. Por outro lado, em relação aos trabalhos devidamente registrados no Ministério do Trabalho, o setor agropecuário supera o poder público em número de funcionários registrados.

Tabela 5: Número de Estabelecimentos com Vínculos Empregatícios Segundo Setor de Atividade Econômica em Terra Alta (PA)

Setor de atividade	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Indústria de transformação	-	1	1	1	2	-	1	1	1	1	2	1
Comércio	1	1	-	1	2	4	4	5	6	7	11	13
Serviços	2	1	1	1	1	2	2	1	3	3	4	2
Administração Pública	2	-	2	2	2	2	2	2	2	2	2	2
Agropecuária	5	3	4	5	7	10	9	9	10	7	7	6
TOTAL	11	6	8	10	14	18	18	18	23	20	26	24

Fonte: MTE/RAIS, adaptado pelos autores

Isso é particularmente interessante considerando que Terra Alta é um município que vive dos repasses oriundos da União. Isso significa que a própria Prefeitura Municipal de Terra Alta tem poucos funcionários com vínculo efetivo. O que não significa que não seja ela o maior empregador de Terra Alta. Por outro lado, constata-se que em Terra Alta não prevalece a subsunção real do trabalho ao capital, e, por conseguinte, a exterioridade abstrata essencial, o trabalho assalariado (MARX, 2012), não é a regra. Daí a desigualdade socioespacial⁸ no município se manifestar sobretudo no espaço rural e não no espaço urbano. A exterioridade *post festum* é derivada do capital comercial, e não da incorporação de mais-valia relativa. A presença da dendeicultura e da pecuária de exportação, ligada ao setor industrial do município de Castanhal, porém, contrasta com qualquer noção de linearidade do avanço do capital⁹.

⁸ Pensando a partir do caso de Marabá e da urbanização da Amazônia como um processo desigual, Rodrigues e Rodrigues (2017, pp. 222-223) asseveram que a “diferenciação socioespacial constitui resultado e condição do movimento de engendramento da desigualdade no âmbito do modo capitalista de produção, pautado na acumulação do capital, que possui como um de seus elementos essenciais, a propriedade privada. Assim, ao longo do processo histórico de constituição da hegemonia do capitalismo, a desigualdade constituiu o elemento produtor do processo de diferenciação que ocorre no âmbito da produção do espaço urbano, ao mesmo tempo em que a diferenciação reproduz e expressa a desigualdade em realização”. Trabalhar a desigualdade socioespacial implica, portanto, em aludir à dimensão espacial da sociedade em totalização, o que sempre impõe desafios. Para o caso do espaço urbano, um princípio metodológico interessante está indicado em Rodrigues (2015), o qual ilustra como utilizar os dados de modo a especializar a desigualdade para o caso das cidades médias de Marabá e Santarém. Tal não foi realizado para o espaço urbano de Terra Alta, nesse artigo. A dimensão da desigualdade espacial analisada aqui remete ao município como um todo em sua formação espacial, cabendo destaque e peso ao espaço rural.

⁹ Em outro momento, dois de nós discutimos isso a partir da categoria fronteira, pensando o caso amazônico, concluindo que: “A evolução tida nas leituras buscadas se deu em virtude de sua sensibilidade de leitura da paisagem e dinâmicas territoriais acompanhando o processo de produção do espaço. Se tem-se que escolher entre a abordagem linear e a zonal, a segunda é mais adequada. Porém, se a fronteira na Amazônia quer dizer a penetração do modo de produção de capitalista sobre modos pré-capitalistas, ou a incorporação de civilizações e modos de vida aquém do urbano, é necessário dar um passo além para se captar espacialmente o atual momento de subsunção real do trabalho ao capital, com nova mobilidade de capital e de trabalho, que impõe importantes

Quando se analisa o PIB de Terra Alta se confirma que se trata de um município cujas maiores inversões advêm de recursos públicos. Conforme dados do IBGE, o setor de serviços responde por mais de 90% do valor adicionado ao PIB, sendo grande parte oriunda da Prefeitura Municipal de Terra Alta (PA), e sendo os seus funcionários os clientes que aquecem o comércio local, conforme se verificou em trabalhos de campo.

Tabela 6: Valor adicionado bruto ao PIB por setor em Terra Alta (PA) – (Mil reais)

Ano	Agropecuária	Indústria	Serviços	V.A.
2002	1.685	941	8.693	11.319
2003	1.674	1.126	10.027	12.916
2004	1.837	1.648	11.804	15.289
2005	2.080	1.836	13.420	17.336
2006	2.632	2.063	12.962	17.658
2007	3.182	2.216	15.722	21.120
2008	3.030	2.821	17.630	23.481
2009	3.254	2.774	20.293	26.322

Fonte: IBGE, adaptado pelos autores

É interessante destacar que o setor industrial citado na tabela acima diz respeito eminentemente ao processamento de alguns dos produtos agropecuários, o que é realizado por algumas fábricas na cidade de Terra Alta, não havendo dissolução maior entre os proprietários dessas pequenas fábricas e os proprietários rurais, que, em geral, são os mesmos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A conformação da paisagem entre gado e roça se aprofundou nas décadas analisadas. Ao mesmo tempo, através de informações empíricas colhidas, sabe-se que se aprofundou a contradição entre as duas produções. As áreas dedicadas ao pasto são cada vez maiores, e estão em lenta expansão, ao passo que as áreas dedicadas à cultura da mandioca e cultivos temporários diversificados vêm diminuindo ao longo do tempo.

Terra Alta é, portanto, um município rural. Não obstante, um município dedicado à produção de culturas. Os domicílios rurais, com exceção das grandes fazendas estão d fato concentrados nas vilas, com destaque para Mocajubinha, Vista Alegre, Vila Maú e Areal. Os cultivos temporários diversificados são produzidos por posseiros, e por agricultores que, em regra, não possuem os títulos de sua terra. Mesmo os imóveis urbanos, em geral, também não são titulados por algum cartório, gerando no município uma insegurança jurídica quanto à propriedade.

vetores na atual produção do espaço amazônico, contrariando mesmo a lógica de alguma zona de povoamento já consolidado” (LOBATO; SOARES, 2017, pp. 55-56). É necessário acurácia para não olvidar que não necessariamente a subsunção real do trabalho ao capital se materializa em aglomerado de formas. Cabe alertar novamente ao risco de análises de padrões de sensoriamento remoto sem convalidação em campo (LIMA, 2016). A geografia estraboniana e ptolomaica funcionam, quando de modo complementar (MOREIRA, 2014).

Esse contexto ajuda a entender como se dá a reprodução dos grandes produtores rurais (para a escala do município, é sempre bom ressaltar) se revezam nos cargos de prefeitos desde a sua emancipação. Não há em Terra Alta um conflito aberto. As relações estão latentes. Mas a conformação da paisagem gado-roça dá forma de diferença espacial a uma contradição estrutural que expressa a desigualdade socioespacial que é base da reprodução do espalho geográfico no contexto mesorregional do Nordeste Paraense, o que se manifesta em Terra Alta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALVES, C. N. *Gestão ambiental e planejamento urbano em Abaetetuba: uma análise a partir das concepções e ações do poder público local*. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Pará, Belém, 2007, 180f.

AMARAL, M. D. B. *Dinâmicas econômicas e transformações espaciais: a metrópole de Belém e as cidades médias da Amazônia oriental – Marabá (PA) e Macapá (AP)*. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade de São Paulo, São Paulo, 2010, 347f.

ANDRADE, M. C. *Paisagens e problemas do Brasil: aspectos da vida rural brasileira frente à industrialização e ao crescimento econômico*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Brasiliense, 1970.

CANTO, O.; VASCONCELLOS SOBRINHO, M.; VASCONCELLOS, A. M. A.; NOVAES, T.; ABREU, A.; SOARES, D. A. S. “Conflitos socioambientais e gestão do território em unidades de conservação da zona costeira do estado do Pará-Amazônia-Brasil”. In: SILVA, C. N.; OLIVEIRA NETO, A. C.; SOBREIRO FILHO, J. (Org.). *Perspectivas e análises do espaço geográfico: dinâmicas ambientais e uso dos recursos naturais*. Belém: GAPTA-UFPA, p. 87-114.

CASTRO, J. *Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço*. 10ª Ed. Rio de Janeiro: Antares, 1984.

CHAVES, A. C. *Aspectos geo-humanos do vale do Gurupi*. Belém: EDUFPA, 2001.

CHIAVENATO, J. J. *Cabanagem: o povo no poder*. São Paulo: Brasiliense, 1984.

CORDOBA, D.; SELFA, T.; ABRAMS, J.; SOMBRA, D. “Family Farming, Agribusiness and the State: Building consent around oil palm expansion in post-neoliberal Brazil”. In: *Journal of Rural Studies*, Amsterdam, v.57, p. 147-156, 2018.

CORRÊA, R. L. “A periodização da rede urbana na Amazônia”. In: *Revista Brasileira de Geografia*, Rio de Janeiro, v. 49, n. 3, p. 39-68, 1988.

FERNANDES, R. A. B. *O discurso da sustentabilidade: o caso de Paragominas*. 92f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação), Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

FURTADO, L. G. *Currálistas e redeiros em Marudá: pescadores do litoral do Pará*. Belém: MPEG, 1987.

GAUD, C. A. *The last titan: Percival Farquhar, American entrepreneur in Latin America*. Palo Alto, Califórnia: Stanford University, 1964.

GONÇALVES, C. W. P. *Amazônia, Amazônias*. 3ª Ed. São Paulo: Contexto, 2012.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *IBGE Cidades: Terra Alta-PA*. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/xtras/perfil.php?lang=&codmun=150796&search=para|terra-alta>>. Acesso em: 14/04/2017.

- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Mapa de Uso da Terra do Pará*. 2010. Disponível em: <http://downloads.ibge.gov.br/downloads_geociencias.htm>. Acesso em 10/04/2017.
- IDESP. Instituto do Desenvolvimento Econômico, Social e Ambiental do Pará. *Estatísticas municipais*: Terra Alta. Belém: IDESP, 2012.
- INPE. Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais. *TerraClass*. 2010. Disponível em: <http://www.inpe.br/cra/projetos_pesquisas/dados_terraclass.php>. Acesso em 10/04/2017.
- LEITE, A. S.; SOARES, D. A. S.; TRINDADE, J. R. B. “Renda mineral e grande capital na Amazônia: a exploração das minas de Carajás pela Companhia Vale”. In: *Leituras de Economia Política*, Campinas (SP), n. 24, pp. 55/78, 2016.
- LIMA, B. R. G. *Expansão urbana da Região Metropolitana de Belém*: estudo cartográfico da ocupação imobiliária no entorno do prolongamento da Avenida João Paulo II e seus impactos no Parque Estadual do Utinga. Dissertação (Mestrado em Ciência e Meio Ambiente), Universidade Federal do Pará, Belém, 2016, 156f.
- LOBATO, M. M.; SOARES, D. A. S. “Fronteira na ciência geográfica: um conceito e dois contextos”. In: SILVA, C. N.; LIMA, R. Â. P.; SILVA, J. M. P. *Territórios, ordenamentos e representações na Amazônia*. Belém: GAPTA/UFPA, 2017, p. 35-58.
- LOUREIRO, V. R. *Os parceiros do mar*: natureza e conflito social na pesca da Amazônia. Belém: MPEG, 1985.
- LOUREIRO, V. R. *Miséria da ascensão social*: capitalismo e pequena produção na Amazônia. São Paulo: Marco Zero, 1987.
- MARX, K. *Grundrisse*: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. Tradução: M. Duyer; Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.
- MOREIRA, R. *Geografia e práxis*: a presença do espaço na teoria e na prática geográficas. São Paulo: Contexto, 2012.
- MOREIRA, R. *O discurso do avesso*: para a crítica da geografia que se ensina. São Paulo: Contexto, 2014.
- MOREIRA, R. *Sociedade e espaço geográfico no Brasil*: constituição e problemas de relação. São Paulo: Contexto, 2015.
- MOTA, G. S. *Contribuições para uma teoria geográfica do lugar*. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal do Pará, Belém-PA, 2006, 152f.
- MOURÃO, L. *Memória da indústria paraense*. Belém: FIEPA, 1989.
- PENTEADO, A. R. *Problemas de colonização e uso da terra na Região de Bragançã no Estado do Pará*. Belém: EDUFPA, 1967.
- PENTEADO, A. R. *O sistema portuário de Belém*. Belém: EDUFPA, 1973.
- QUARESMA, M.; SOMBRA, D.; LEITE, A.; CASTRO, C. “Periodização econômica de Abaetetuba (PA) a partir de sua configuração espacial”. In: *Revista PerCursos*, Florianópolis, v. 16, n. 32, p. 143-168, 2015.
- REIS, A. C. F. *Síntese da história do Pará*. São Paulo: Amada-GRT, 1972.
- RIBEIRO, W. O. *Interações espaciais na rede urbana do Nordeste Paraense*: particularidades regionais e diferenças de Bragança, Capanema e Castanhal. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente-SP, 2017, 356f.
- RODRIGUES, J. C. *Produção das desigualdades socioespaciais em cidades médias amazônicas*: análise de Santarém e Marabá – Pará. Tese (Doutorado em Geografia), Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente-SP, 2015, 270f.
- RODRIGUES, J. C.; RODRIGUES, J. C. “A produção habitacional e a desigualdade socioespacial: o

programa Minha Casa, Minha Vida na cidade de Marabá-PA”. In: SILVA, C. N.; LIMA, R. Â. P.; SILVA, J. M. P. *Territórios, ordenamentos e representações na Amazônia*. Belém: GAPTA/UFGA, 2017, pp. 219-249.

SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SANTOS, M. *Da totalidade ao lugar*: 1ª Ed., 1ª reimpressão. São Paulo: EDUSP, 2008.

SARGES, M. N. *Memórias do velho intendente: Antônio Lemos (1869-1973)*. Belém: Paka-Tatu, 2002.

SARGES, M. N. *Belém: riquezas produzindo a Belle Époque (1870-1912)*. 3ª Ed. Belém: Paka-Tatu, 2010.

SARTRE, J-P. *Questão de método*. Trad.: B. Prado Jr. 2ª Ed. São Paulo: Difel, 1967.

SOARES, D. A. S. *Subsunção do trabalho ao capital na atividade pesqueira paraense: elites locais e contraespaços*. Dissertação (Mestrado em Geografia), Universidade Federal Fluminense, Niterói-RJ, 2016, 327f.

SOARES, D. A. S.; MORAES, M. P.; ALVES, C. N.; CASTRO, C. J. N.; QUARESMA, M. J. N.; LOBATO, M. M. “Gestão de recursos naturais e desenvolvimento local na zona costeira paraense: ordenamento territorial autoritário versus gestão democrática dos recursos”. In: SILVA, C. N.; OLIVEIRA NETO, A. C.; SOBREIRO FILHO, J. (Org.). *Perspectivas e análises do espaço geográfico: dinâmicas ambientais e uso dos recursos naturais*. Belém: GAPTA-UFGA, p. 115-148.

SOMBRA, D.; MOTA, G. S.; LEITE, A. S.; CASTRO, C. J. N. “A reterritorialização pesqueira no estado do Pará: reprodução contraditória das relações capitalistas”. In: *Revista de Geografia (Recife)*, Recife (PE), v. 35, n. 2, p. 243-267, 2018.

VALVERDE, O.; DIAS, C. V. *A rodovia Belém-Brasília: estudo de geografia regional*. Rio de Janeiro: IBGE, 1967.

VELHO, O. G. *Frentes de expansão e estrutura agrária: estudo do processo de penetração numa área da Transamazônica*. 2ª Ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

VERÍSSIMO, J. *A pesca na Amazônia*. 2ª Ed. Belém: EDUFPA, 1970.